

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO,**
2 **REALIZADA NO DIA DEZ DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.** Ao décimo dia do mês de fevereiro
3 de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, na Sala de Reuniões Neuza Maria Fiuza de Lima, sede do
4 Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua Dr. Raul de Carvalho, nº 2970, Santos Dumont, conforme
5 convocação prévia, sob a coordenação do Presidente deste Conselho, Dr. Antônio Fernando de Araújo,
6 e na presença da Equipe Técnica, deu-se início à Reunião Ordinária com os conselheiros titulares e
7 suplentes presentes. A reunião conta com gravação em vídeo que faz parte integrante desta Ata. Inicia-
8 se a reunião com os seguintes informes: **PRIMEIRO INFORME: INFORMES DA MESA DIRETORA.**
9 **Assunto:** O Presidente, Dr. Antônio Fernando de Araújo, iniciou a reunião e convidou a secretária
10 executiva, Bianca Ferraresi, para realizar a leitura da convocação para a presente reunião. Dr.
11 Fernando, com os comunicados da Mesa Diretora, informou que haverá uma capacitação para os
12 conselheiros locais de saúde a ser realizada no dia 05 de março de 2026, às 13h30, no auditório da
13 ACIRP, localizado na av. Bady Bassitt. **SEGUNDO INFORME: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**
14 **FINANCEIROS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE. RECURSO DE CUSTEIO: VALOR: R\$ 30.000.000,00.**
15 **Assunto:** Dr. Fernando convidou Celeste, a qual deu ciência ao plenário sobre a transferência de
16 recursos do Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 30.000.000,00, conforme a Resolução 224/2025
17 e destina-se ao custeio para fortalecimento das ações e serviços em saúde. **TERCEIRO INFORME:**
18 **ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº INL 09/2021, COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA PORTUGUESA.**
19 **Assunto:** Dr. Fernando passou a palavra para o Dr. Rubem Bottas, secretário de saúde, que informou
20 que em 22/12/2025 houve o encerramento do contrato com o Hospital Beneficência Portuguesa.
21 Relatou que com o vencimento do contrato, a gestão está em fase de busca de novo convênio para
22 suprir os serviços então contratados. **ORDEM DO DIA - PRIMEIRO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO**
23 **E APROVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – 3º QUADRIMESTRE DE 2025.** **Assunto:** Dr. Fernando de
24 Araújo explicou que seriam apresentados dados de prestação de contas da Secretaria Municipal de
25 Saúde referentes ao 3º Quadrimestre de 2025. Inicialmente, Paulo Gasques expôs os dados
26 institucionais, destacando-se que o Plano Municipal de Saúde referente ao período de 2022 a 2025 foi
27 aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 10 de agosto de 2021 e que a população estimada
28 para 2025 é de 504.166 habitantes, conforme o IBGE. Na sequência, apresentou os dados financeiros
29 do Fundo Municipal de Saúde, demonstrando as receitas e despesas do 3º Quadrimestre de 2025 e o
30 acumulado do exercício, por fonte de recurso, conforme registros do Sistema de Contabilidade da
31 Secretaria Municipal da Fazenda – SIOP. Informou que o orçamento inicialmente aprovado para a
32 saúde no exercício de 2025 foi de R\$ 670.713.000,00, tendo recebido suplementações de recursos
33 federais, estaduais, do tesouro municipal, de emendas impositivas e de outras fontes, totalizando, em
34 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 818.132.420,99. Quanto à aplicação mínima constitucional
35 em saúde, foi informado que a receita total do município vinculada à saúde no exercício de 2025 foi
36 de R\$ 1.837.390.026,92, sendo a obrigatoriedade mínima de aplicação de 15%, correspondente a R\$
37 275.608.504,04. As despesas realizadas com recursos do Tesouro Municipal totalizaram R\$
38 420.032.977,84, resultando em um percentual aplicado de 22,86%, acima do mínimo exigido pela Lei
39 Complementar nº 141/2012. Registrou, ainda, que do total aplicado em saúde, 52,62%
40 corresponderam a recursos do Tesouro Municipal e 47,38% a recursos federais, estaduais e de outras
41 fontes. Na sequência, Andrea apresentou os dados da Auditoria, abrangendo as atividades realizadas

Assinado J. Nôbe

83 internações hospitalares processadas. O Hospital Municipal registrou 1.981 procedimentos
84 hospitalares por leito. Andrea Munholi apresentou os dados da Rede de Urgência e Emergência,
85 totalizando 794.675 atendimentos e procedimentos nas UPAs e Pronto Socorro do município, o que
86 representa um aumento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto à classificação
87 de risco, demonstrou que 81% dos casos foram enquadrados como "verde". Ressaltou que, em razão
88 do NIR, a regulação de 80% dos pacientes ocorreu em menos de 24 horas. Informou que o SAMU Rio
89 Preto realizou o total de 14.223 atendimentos no município, e o SAMU Regional realizou o total de
90 8.443 atendimentos. Pela Central de Remoção foram realizados 19.556 atendimentos. Em seguida, a
91 sra. Andreia Negri apresentou os dados da Vigilância em Saúde, contemplando as ações da Vigilância
92 Sanitária, CEREST – Saúde do Trabalhador, Gerência de Controle de Vetores e Centro de Controle de
93 Zoonoses, bem como os indicadores epidemiológicos, com destaque para os casos de dengue,
94 chikungunya e demais arboviroses, além dos indicadores de nascidos vivos, óbitos e outros agravos
95 monitorados. Relatou que as ações do Centro de Controle de Zoonoses totalizaram 6.429 serviços
96 prestados, dos quais se referem a 1.637 castrações de cães e gatos. No campo epidemiológico,
97 destacou os dados de arboviroses, com o registro de 7.885 atendimentos por dengue no período de
98 setembro a dezembro de 2025, indicando uma redução de 84% em relação ao ano anterior. Por fim,
99 apresentou os indicadores de saúde, especificando que no período houve o registro de 1.506 nascidos
100 vivos, bem como o total de 1.204 óbitos. Colocada em votação, a prestação de contas e a deliberação
101 da Audiência Pública do 3º Quadrimestre de 2025 foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros
102 presentes. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO NIR - NÚCLEO**
103 **INTERNO DE REGULAÇÃO, APÓS SUA IMPLANTAÇÃO. Assunto:** Dr. Fernando convidou a sra. Andrea
104 Munholi que passou a apresentar os resultados do NIR – Núcleo Interno de Regulação desde sua
105 implantação. Iniciou explicando que o objetivo de implantação do NIR, ocorrida em 16/06/2025 foi de
106 otimizar o acesso, reduzir o tempo de espera e garantir a correta alocação de recursos hospitalares,
107 atuando como interface entre as UPAS e as centrais de regulação externas (hospitais), controlando a
108 ocupação e evitando a ociosidade ou superlotação. Explicou que em razão do trabalho realizado houve
109 uma redução em média de 17% das ligações para solicitações de transferências/mês. Além disso, em
110 média, 29% das solicitações mensais de transferências não necessitaram de vaga hospitalar após
111 discussão de caso e conduta compartilhada UPA-NIR, bem como houve uma redução, em média, de
112 19% no número de transferências hospitalares de pacientes em observação prolongada nas UPAS -
113 conduta compartilhada UPA-NIR. Em média 93% das transferências por mês foram realizadas com
114 menos de 48 horas, o que representa uma melhora de 34% a mais que no ano de 2024. Salientou que
115 não houve qualquer incentivo financeiro para a implantação do sistema. Apresentou gráficos
116 referentes aos indicadores de transferências UPAS por estabelecimento destino, no qual 72,8% foram
117 atendidos pelo Hospital Santa Casa de São José do Rio Preto. Dr. Rodrigo questionou quais
118 atendimentos têm sido encaminhados para o Hospital Estadual de Mirassol, sendo respondido que são
119 aqueles que necessitam de atendimentos clínicos. Por fim, relatou que a Organização Mundial de
120 Saúde preconiza de 3 a 5 leitos por mil habitantes. De acordo com o Ministério da Saúde, a taxa ideal
121 de leitos fica entre 2,5 e 3 leitos para cada mil habitantes, conforme Portaria de Consolidação 01/17.
122 No Brasil o índice médio é de 2,1 leitos para cada mil habitantes, conforme estudo da Confederação
123 Nacional dos Municípios. Em São José do Rio Preto o índice está em torno de 1,4 leito SUS a cada mil

Lucimara 3 nota



habitantes, considerando SUS dependência de 56,78% e deduzido percentual de usuários da saúde suplementar. Ressaltou que o déficit de leitos de enfermaria em São José do Rio Preto é de 205 leitos, indicando que o município representa 28,5% da população da DRS XV, contudo tem destinado cerca de 20% dos leitos de Enfermária Geral sob Gestão Estadual ao município. Dr. Bottas pediu a palavra e parabenizou a Andrea pela apresentação, explicando que o objetivo foi propiciar uma reflexão aos presentes, e ressaltando que o trabalho é realizado com muita seriedade, visando o melhor atendimento à população. Relatou que por vezes o paciente pode ficar por dias na UPA aguardando regulação para os hospitais, e que essa regulação é importante não a fim de melhorar dados e estatísticas, mas sim pela melhoria no cuidado para com o paciente, o qual deve ser atendimento em leito hospitalar. Ressaltou que faltam leitos no município e o acesso ao hospital de base tem reduzido ao longo dos anos, salientando que os munícipes precisam ter melhor acesso ao serviço estadual. Concluiu que busca o diálogo entre as partes para a melhoria do atendimento ao munícipe de Rio Preto. Dr. Horácio, com a palavra, citou a quantidade e qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS, relatando que não apenas tecnologia e parte financeira podem melhorar o serviço realizado, sendo necessário novas ideias que permitam essa melhoria pretendida. Elogiou os serviços SUS ofertados no município e reforçou a necessidade de esforços dos conselheiros e sociedade civil para pleitear a ampliação da oferta, se colocando à disposição para participar de debates, seminários e estudos dos dados estatísticos, objetivando o alcance das melhorias pretendidas, especialmente quanto ao aumento de leitos disponibilizados aos munícipes rio-pretenses. Dr. Fernando citou a municipalização da saúde pela gestão municipal, relatando que São José do Rio Preto foi apenas um dos três únicos municípios da região a compor essa municipalização. Que naquele momento, a gestão municipal deveria assumir toda a rede de saúde com recursos próprios. Ressaltou que o NIR permitiu visualizar por meio de dados a situação atual dos serviços prestados de fornecimento de leitos no município. Lembrou que a Lei Orgânica da Saúde e a Lei 8.142/1990 fala da participação social. Ressaltou que era previsto que o município não poderia suprir em determinado momento as necessidades da população no que se refere aos leitos ofertados. Concluiu que a questão é histórica e exige que o Conselho Municipal de Saúde realize sua obrigação regimental e legal de pleitear a quem for responsável, pelas melhorias aos usuários do SUS de Rio Preto. Dr. Horácio afirmou irá apresentar os dados relacionados aos serviços prestados pelo Hospital de Base e o financiamento desse atendimento, a fim de fortalecer o debate. Dr. José Nadim ressaltou que o mais importante é o financiamento pela prestação de serviços. Dr. Fernando lembrou que o financiamento é tripartite. Ivadir relatou que o SUS teve início em 1988 e que a municipalização se iniciou em 1999, sendo que desde então há déficit de leitos ofertados à população de Rio Preto. Dr. Rubem Bottas sugeriu que seja formalizado um estudo técnico para debater o tema. Dr. Fernando confirmou que o tema será levado às comissões de média e alta complexidade e à de urgência e Emergência, nas quais serão convidadas as partes envolvidas e interessadas para o debate do tema e realização dos estudos devidos. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO ORGANIZACIONAL DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL. NR1. Assunto:** A Sra. Cláudia Herrero Siroto, assessora de gabinete, apresentou a proposta do "Projeto Organizacional de Implantação do Serviço de Saúde Mental para os Servidores Municipais da Prefeitura de São José do Rio Preto". Explicou que a iniciativa visa instituir um programa com enfoques preventivo, terapêutico e educativo, utilizando práticas interativas e integrativas para

Luziane J. nte

165 reduzir o adoecimento psíquico relacionado ao trabalho e promover ambientes laborais mais
166 saudáveis. Ressaltou que o projeto prevê a criação da Comissão Intersetorial de Gestão de Riscos
167 Psicossociais, que atuará na integração de setores como RH, SESMT, CEREST e a Rede de Atenção
168 Psicossocial (RAPS). Informou que a execução será dividida em etapas, iniciando-se pelo mapeamento
169 e diagnóstico dos riscos psicossociais em cada departamento por meio de questionários específicos
170 enviados aos trabalhadores. A partir desse diagnóstico, será estruturado um plano de ação que inclui
171 acolhimento, avaliação psicossocial e a formação de grupos terapêuticos nos locais de trabalho.
172 Salientou que a fundamentação legal do serviço ampara-se nas atualizações da Norma
173 Regulamentadora nº 1 (NR 1), na Lei nº 14.831/2024 e nas diretrizes do SUS para a valorização do
174 servidor. Destacou que, por se tratar de um projeto-piloto, o sucesso e a continuidade das ações
175 dependerão da adesão efetiva dos servidores e das chefias. Concluiu afirmando que os resultados
176 esperados englobam a mitigação do estresse ocupacional e o fortalecimento institucional, refletindo
177 diretamente na qualidade do atendimento prestado à população. Após a exposição do tema, o Dr.
178 Bottas reforçou que o olhar para o servidor municipal foi uma meta da gestão, de forma que o presente
179 projeto visa materializar essa necessidade de cuidado do servidor como um todo, inclusive quanto à
180 melhora da saúde mental dos trabalhadores. Ulisses parabenizou a iniciativa e rogou para que o
181 projeto seja estendido aos trabalhadores terceirizados. Cláudia respondeu que se trata de um projeto
182 piloto e que, sendo verificado que foi efetivo, será ampliado aos demais trabalhadores que atuam na
183 Prefeitura Municipal. Colocado em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos
184 conselheiros presentes. **QUARTO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA**
185 **DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT) TIPO II.** Assunto: O Dr. Fernando
186 convidou Daniela, que iniciou a apresentação da proposta de implantação do Serviço Residencial
187 Terapêutico (SRT) Tipo II no município, como parte integrante do Componente de
188 Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O projeto consiste na criação de uma
189 unidade de moradia inserida na comunidade, com funcionamento 24 horas ininterruptas e suporte de
190 cuidadores e coordenador local, além do acompanhamento clínico e social pela rede de saúde
191 territorial (UBS, UPA e CAPS). Informou que a unidade terá capacidade para 06 moradores, destinados
192 a pessoas em sofrimento psíquico egressas de internações hospitalares de longa permanência e sem
193 suporte social ou familiar. A composição dos residentes prevê a recepção de 04 usuários provenientes
194 do Hospital Adolfo Bezerra de Menezes (HABM), 01 do Hospital de Casa Branca e 01 do Hospital
195 Mahatma Gandhi. Quanto ao financiamento, o projeto conta com incentivos de implantação de R\$
196 20.000,00 provenientes do Ministério da Saúde (Portaria nº 3.090/2011) e R\$ 20.000,00 do Governo
197 do Estado (Resolução SS nº 18/2025). O custeio mensal após a habilitação foi detalhado em R\$
198 11.439,90 por parte da esfera federal e R\$ 18.303,84 garantidos pela esfera estadual pelo período de
199 um ano. A iniciativa visa o fortalecimento da autonomia dos usuários e o cumprimento das diretrizes
200 de desinstitucionalização no âmbito municipal. Dr. Bottas reforçou que o olhar humanizado ao idoso
201 também é uma prioridade da gestão e que o serviço apresentado precisa ser ofertado no município.
202 Relatou ainda que esse trabalho também auxilia à redução dos valores dispendidos com as
203 judicializações, o que também foi ressaltado pelo Dr. Horácio. Colocado em votação, a proposta foi
204 aprovada por unanimidade. **QUINTO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**
205 **HOSPITAL DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES - REFERENTE AS EMENDAS FEDERAIS Nº 31340012 -**

Luciano J. Nób



206 **DEPUTADO FEDERAL FAUSTO PINATO R\$ 50.00,00, EMENDA Nº 40940001 SENADORA MARA**
207 **GABRILLI R\$ 200.00,00, TOTALIZANDO 250.000,00. Assunto:** Dr. Fernando convidou Camila que
208 iniciou a apresentação do Plano de Trabalho do Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, que visa a
209 manutenção e o alargamento da assistência psiquiátrica especializada no âmbito do Sistema Único de
210 Saúde (SUS). O projeto fundamenta-se na vulnerabilidade detectada no período pós-alta hospitalar,
211 uma vez que dados institucionais de 2025 indicam que aproximadamente 70% dos pacientes SUS
212 regressam à emergência e mais de 15% são reinternados num período de até 90 dias após a alta. Para
213 mitigar estes índices, a proposta é de implementação do Ambulatório de Pós-Alta, destinado a
214 assegurar uma transição segura até à absorção do paciente pela rede de saúde mental especializada
215 (CAPS). O serviço deverá funcionar duas vezes por semana, com capacidade para 12 atendimentos
216 diários e uma meta de 96 consultas mensais, totalizando 1.152 atendimentos no período do convênio.
217 O acompanhamento estruturado prevê consultas programadas aos 15, 45 e 60 dias após a alta, com o
218 devido encaminhamento para o serviço CAPS após o retorno de 45 dias. Quanto ao financiamento, o
219 recurso de R\$ 250.000,00, proveniente das referidas emendas parlamentares, será aplicado
220 integralmente no custeio de plantões médicos, aquisição de gêneros alimentícios e despesas de
221 utilidade pública, como energia elétrica. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade pelos
222 presentes. **SEXTO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DOS**
223 **CONVÊNIOS Nº 14/2022 E Nº 15/2022 COM A IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO**
224 **JOSÉ DO RIO PRETO, PELO PRAZO DE 60 DIAS. Assunto:** Camila iniciou a apresentação da proposta de
225 incremento financeiro e prorrogação da vigência dos Convênios Nº 14/2022 e Nº 15/2022 por 60 dias,
226 com encerramento fixado em 30 de abril de 2026. O valor total estimado de repasse para este período
227 de extensão é de até R\$ 9.990.749,40. O montante destina-se ao custeio de despesas diretas para a
228 execução do ajuste, incluindo o pagamento de salários, encargos e a manutenção dos serviços
229 hospitalares de média e alta complexidade oferecidos pela instituição. Dr. Bottas afirmou que está em
230 estudo pela Secretaria Municipal da Saúde, com auxílio da Secretaria Municipal da Fazenda, a fim de
231 adequar os convênios às normas da ODESP. Reforçou que será exigido em todos os convênios para
232 com a gestão municipal o cumprimento de metas e o fortalecimento da transparência quanto à
233 execução dos serviços contratados. Após a exposição, a matéria foi colocada em votação e aprovada
234 por unanimidade. **ENCERRAMENTO:** Foi requerida a dispensa da leitura da Ata, o que foi aprovado
235 pelos presentes. **Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu,**
236 **Jordan Kamael Pinheiro Silva, assessor jurídico do CMS, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada,**
237 **segue assinada pelos conselheiros presentes, que já assinaram o livro de presença próprio.**

Luciano J. Melo

The bottom of the page contains numerous handwritten signatures in blue ink. These include the signature of the assessor, Jordan Kamael Pinheiro Silva, and several signatures of the council members present at the meeting. The signatures are written over the bottom portion of the text and extend across the width of the page.